§ único. Para êste efeito o júri atenderá à prova produzida pelos interessados no processos de concurso ou existente nos seus processos individuais.

9.º Depois de homologada pelo Ministro das Colónias a classificação final dos concorrentes, será publicada no *Diário do Governo* a lista dos nomes dos candidatos aprovados, segundo a ordem resultante da referida classificação.

10.º Os segundos officiaes do quadro de Fazenda do Ministério das Colónias serão admitidos aos concursos para promoção a primeiros officiaes do quadro comum de Fazenda do Império, em igualdade de circunstâncias com os segundos officiaes de Fazenda das colónias, desde que contem três anos de actividade de serviço naquelle pòsto, nos termos do artigo 103.º, § único, alínea b), da Reforma do Ministério das Colónias.

11.º Os concursos de promoção a primeiros officiaes do quadro comum de Fazenda do Império, regulamentados pela portaria n.º 8:007, de 13 de Fevereiro de 1935, serão de futuro abertos no Ministério das Colónias, onde funcionará o júri que examinará e classificará as provas prestadas no Ministério e as recebidas das colónias onde houver concorrentes.

12.º O júri a que se refere o número anterior, e que terá composição idêntica à prevista no n.º 3.º da presente portaria, procederá à classificação final de todos os candidatos, observando as regras estabelecidas nos n.ºs 7.º, 8.º e 9.º da presente portaria.

13.º Os prazos estabelecidos na portaria n.º 8:007, de 13 de Fevereiro de 1935, poderão ser reduzidos ou alongados por despacho do Ministro das Colónias, conforme a urgência do concurso ou as dificuldades das comunicações, e todos êles se contarão a partir da data da publicação dos respectivos anúncios no *Diário do Governo*.

§ único. Aos governos das colónias onde houver concorrentes far-se-ão oportunamente as comunicações telegráficas necessárias acêrca desta publicação e do início dos prazos.

Para ser publicada no «Boletim Oficial» de todas as colónias.

Ministério das Colónias, 12 de Outubro de 1942. — O Ministro das Colónias, interino, *Francisco José Caeiro*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

11.º Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 32:317

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta o eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Economia, um crédito especial da quantia de 7.000\$, destinado a ocorrer a despesas com artigos do expediente do Gabinete do Ministro, devendo a mesma importância ser adicionada à verba inscrita sob o n.º 2) «Artigos de expediente e diverso material não especificado» do artigo 6.º «Material de consumo corrente», capítulo 1.º «Gabinete do Ministro», do orçamento respeitante ao corrente ano económico de 1942 do segundo dos mencionados Ministérios.

Art. 2.º Nos mesmos capítulo e orçamento é anulada a importância de 7.000\$ no n.º 1) «Pagamento de serviços e encargos não especificados» do artigo 9.º «Encargos administrativos».

Êste crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 12 de Outubro de 1942. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Caeiro — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.